

O ministro Costa Couto costuma apelar para infalível truque mineiro, todas as vezes que se defronta, no remanso de sigilo garantido do gabinete palaciano, com as exaltações de correligionários do PMDB, êsguichando indignação contra o presidente José Sarney pelas nobres razões patrióticas de nomeações desatendidas ou na demora na resposta a solicitações eleitorais.



Quando os argumentos se revelam impotentes para conter a avalanche possessa, Costa Couto invoca as manhas de Tancredo Neves e sugere que o interlocutor apele para a imaginação e desenhê, lá no íntimo da cuca, o contorno do país sem Sarney. Não custa dar asas à criatividade e compor o cenário com a subtração do personagem central, tão asperamente negado pelo partido que jamais se conformou em chegar ao poder para comer pela mão de um ex-pedessista, intrometido na festa alheia. Não é preciso montar circunstâncias dramáticas, engendrar tragédias, supor crises, renúncias. É só partir da cena com o lugar vazio e não indagar por quê.

Garante o ministro que é tiro e queda. A veemência amaina e se dissolve em circunlóquios: não se trata de derrubar Sarney, todos reconhecem e proclamam que, até o fecho da transição, o presidente é insubstituível.

Nos últimos dias, com as preocupações multiplicadas com o problema cardiovascular do dr Ulysses, Costa Couto retraiu-se e não repete a brincadeira.

Agora que o múltiplo presidente está fora de risco, no embalo da convalescença, o exercício especulativo proposto vale um esforço que não é destituído de interesse e que talvez sirva para acomodar os afoitos, desatentos à delicadeza do processo de transição quando ele está a um passo do desfecho e portanto com as tensões agravadas pela generalizada sensação de que vivemos dias decisivos.

A primeira coisa a cogitar é da substituição imediata, pois a Presidência não deve ficar vaga nem por um segundo. Bem, a esmolambada Constituição ainda em vigor, lambuzada pelas mexidas do arbitrio, determina que, como não há vice-presidente, o presidente da Câmara substitui mas não sucede o presidente, assumindo para, em 30 dias, convocar eleições diretas para a escolha do sucessor que deve cumprir o restante do mandato.

Aqui já se deve parar um pouco e singelamente constatar que seria inviável obedecer à risca a uma Constituição que ninguém leva a sério. Mas, e então?

Que o dr Ulysses assume, não há dúvida. Com os olhos umedecidos pela impositiva obrigação de licenciar-se da

presidência do PMDB e desocupar as presidências da Constituinte e da Câmara.

Dá para enxergar o caos? É preciso mais?

Constatem: na Presidência da República até o desate do nó, o dr Ulysses teria que se desdobrar para, ao mesmo tempo, articular uma saída para a crise, paralisando a Constituinte, e cuidar de atender às outras frentes, segurando o PMDB açulado pela súbita perspectiva de contemplar ambições à Presidência da República e à presidência do partido. Na Câmara, o deputado Homero Santos sacaria a gula, aparafusando-se na presidência, protegido pelas sombras projetadas pela Constituinte, com tudo a jeito para fazer e desfazer.

O PMDB tem mostrado que não precisa de presidente. Em todo caso, o substituto do dr Ulysses é o secretário geral, deputado Milton Reis. Dos vices não se cogita, que estão todos em governos estaduais e no partido nada se decide, nem o preenchimento de vagas no comando.

Até aí, tricas políticas destrincháveis com habilidade e compensações. O diabo é escolher o presidente, compondo regras constitucionais com os interesses conflitantes.

É claro que o dr Ulysses Guimarães, de uma maneira ou de outra, seria mantido na Presidência. Não há quem possa concorrer com os seus méritos, os seus serviços, a sua biografia, a legitimidade de uma liderança conquistada na luta de vinte anos de coerência e bravura.

Reconheça-se: não seria fácil, na moldura da crise, o governo do PMDB, o suspirado governo só do PMDB, espelhado pelo dr Ulysses na cadeira do Sarney.

Diante do partido, em véspera de campanha, desaguaria o tumulto das reivindicações populares. Em chorri-lho, em catadupas. Na exigência do resgate de promessas adiadas, de compromissos arquivados. Na cobrança das ilusões sonhadas na exaltação dos comícios, no fumacê do cruzado. Registradas na linguagem enfática do programa do partido, repetidas nos discursos dos descompromissos de duas décadas de oposição.

E então? O PMDB não pode ir ao FMI, empaca na moratória. E, ao mesmo tempo, deve ao povo a felicidade por atacado e de chofre.

Nisso, como ficariam os militares, até aqui tão bem entendidos com o presidente Sarney?

É hora de parar até mesmo para desfazer equívocos possíveis. Certamente que Sarney não se enquadra no modelo do presidente perfeito e ideal. Mas, a transição é sempre, em todos os tempos e lugares, uma operação delicada e traumática e que custa frustrações, recuos e imola suas lideranças. Como o bom-bocado, não é para quem faz mas para quem saboreia o quitute.

A transição que está a um passo do fecho tem custado um preço alto em sacrifícios de toda ordem. As circunstâncias, o inesperado elevaram Sarney à condição de fiador da sua viabilidade. Ele é, repita-se, insubstituível. Não adianta xingar a evidência.